



RELATÓRIO DA 8^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Data: 16/10/2023

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Curso de capacitação para elaboração de materiais didáticos em EAD. (Responsável pela apresentação: Juliana Conceição De Oliveira)

Dra. Juliana Conceição De Oliveira – SESG – Coordenação de EaD, informou que o curso existe há quatro anos e esta será a quarta edição; foi pensado para todos os profissionais que tenham interesse em introduzir materiais nos cursos a distância executados pela Escola de Saúde de Goiás; trata-se de um curso EaD com tutoria, com carga horária de 86 horas e custo de R\$ 9.760,00 (nove mil, setecentos e sessenta reais); nesta edição, não haverá produção de material, pois isso foi realizado entre 2020 e 2021; a meta é capacitar até 60 profissionais do SUS do Estado de Goiás; os temas centrais do curso são linguagens para EaD; metodologias ativas e ferramentas digitais para EaD; noções de roteiro, gravação e edição para podcasts e vídeoaulas; o curso iniciou com a ambientação e a resolução de problemas de acesso; a primeira semana não aborda o conteúdo propriamente dito, sendo destinada ao conhecimento do ambiente virtual; o curso foi interrompido e, posteriormente, retomado, devido à alteração da fonte financeira, que precisou ser repactuada; foram homologadas 53 (cinquenta e três) inscrições; a meta era de 60; houve prorrogação do prazo e divulgação nas Regionais de Saúde, o que possibilitou alcançar esse número; na FIES foi solicitada a apresentação dos resultados das edições anteriores: em 2020 foram 55 matriculados e 43 aprovados; em 2021, 60 matriculados e 34 aprovados; em 2022, 65 matriculados e 40 aprovados; a participação precisa ser melhorada; nas primeiras edições, inclusive em 2022, a carga horária foi ampliada, principalmente após relatos de alunos sobre a intensidade do curso; o conteúdo exigia elaboração de roteiros, produção de vídeos e postagem no YouTube; a carga horária foi ajustada para atender às dificuldades detectadas nas edições anteriores; nos dados são computados os

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

reprovados e desistentes; a suspensão temporária do curso ocorreu devido à alteração da fonte financeira, que precisou ser repactuada.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, questionou se qualquer técnico do Estado ou do Município pode participar.

Dra. Juliana Conceição De Oliveira – SESG – Coordenação de EaD, confirmou que sim, o curso é aberto a qualquer profissional com vínculo no SUS Estadual ou Municipal e que tenha interesse em produzir materiais para compor módulos ou componentes dos cursos a distância.

Encaminhamento: vai para a CIB.

2.2 – Curso de especialização em gestão da qualidade e segurança do paciente.
(Responsável pela apresentação: Dayse Edwiges Carvalho Castilho)

Dra. Dayse Edwiges Carvalho Castilho – SESG/SES, explicou que o curso foi proposto diante da relevância da temática, com base na Portaria MS/GS nº 529, de 01/04/2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) em todo o território nacional, e na RDC MS/ANVISA nº 36, de 25/07/2013, que estabelece ações para segurança do paciente em serviços de saúde, abrangendo todos os níveis de ensino, do técnico à pós-graduação. Informou que, segundo dados do DATASUS, em Goiás, no ano de 2023, existem 3.899 serviços hospitalares, dos quais apenas 850 possuem Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), e somente 84 participaram do relatório anual da ANVISA/2022 sobre boas práticas. Destacou que a iniciativa está prevista na Programação Anual de Saúde (PAS) 2020/2023, com foco na qualificação de profissionais do SUS nas 18 Regiões de Saúde do Estado. O curso, iniciado em 2019 e pactuado pela Resolução CIB nº 042/2019, teve sua execução interrompida pela pandemia da COVID-19. Em 2023, foi atualizado e requer nova pactuação. O objetivo é especializar até 42 profissionais do SUS, das Secretarias Municipais e da Secretaria Estadual de Saúde, em nível de pós-graduação lato sensu, para contribuir com a gestão e a promoção de uma assistência segura e de qualidade em todos os estabelecimentos de saúde do Estado. As vagas foram distribuídas conforme o princípio da equidade e regionalização: 10 para a Macrorregião Central, 5 para a Centro-Norte, 4 para a Nordeste, 3 para a Sudoeste, 2 para a Centro-Sudeste e 18 vagas por ampla concorrência. O curso será presencial, com carga horária de 440 horas (360 teóricas e 80 de TCC), utilizando projeto de intervenção como formato do trabalho de conclusão. Trata-se de uma turma única com 42 alunos. A proposta metodológica é baseada em metodologias ativas e educacionais, com 18 disciplinas de 20 horas cada, certificado pela SES/GO. Os encontros ocorrerão mensalmente para



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

promover aprendizagem contínua. A matriz curricular contempla: educação no ensino superior, metodologias ativas, histórico da qualidade e segurança do paciente, cultura de segurança, ferramentas de gestão da qualidade e risco, notificação de incidentes, protocolos, uso seguro de medicamentos, prevenção de infecções, segurança em cirurgias, cuidados primários, urgências, atenção materna e neonatal, segurança no uso de equipamentos e indicadores de qualidade. A equipe docente será formada por especialistas, mestres e doutores, com formação específica em docência e qualificação para orientação de projetos de intervenção. Haverá ainda uma oficina de formação inicial com carga horária de 8 horas. Os discentes devem ser servidores públicos vinculados ao SUS nas esferas estadual ou municipal. Critérios de classificação incluem tempo de atuação em NSP ou SCIH, exercício de cargo de chefia e atuação na assistência. Está prevista uma vaga para coordenador técnico-pedagógico, 18 para facilitadores e 4 para docentes orientadores de projeto de intervenção, totalizando um custo de R\$ 146.700,00 (cento e quarenta e seis mil e setecentos reais), com custo por aluno de R\$ 3.492,86 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos), oriundos de recursos da educação permanente.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, ressaltou a relevância do tema, considerando os desafios vivenciados nos últimos tempos, e destacou que cuidar e zelar pela segurança do paciente é um dever de todos os trabalhadores do SUS. Enfatizou a importância de vincular os projetos de formação da educação permanente com outras ações desenvolvidas no território. Informou que está em andamento a revisão da Política Estadual de Segurança do Paciente, conduzida por um grupo composto pelo COSEMS, Secretaria de Estado e diversas áreas técnicas. Sugeriu que a Escola de Saúde subsidie esse grupo com informações estratégicas, como os dados apresentados sobre os Núcleos de Segurança do Paciente e a forma como o tema tem sido tratado em cada território. Mencionou que o curso foi apresentado na Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES) Estadual, e destacou a necessidade de maior clareza na apresentação, especialmente quanto ao critério de rateio das vagas por macrorregiões e ao processo de seleção. Ressaltou ainda a importância de identificar os serviços do SUS e também das redes privada, contratualizada e filantrópica, definindo claramente quem será priorizado na formação, defendendo que a rede pública deve ser atendida primeiro, para depois expandir aos demais. Questionou se o curso será presencial ou híbrido, e qual será a periodicidade das aulas, reforçando que essas informações precisam estar bem definidas. Por fim, ressaltou que, como o curso foi pactuado em 2019 e não executado devido à pandemia da COVID-19, é fundamental rememorar esse histórico e, com base nesses critérios, permitir que as macrorregiões, gestores e interessados discutam o melhor formato, evitando desistências ou problemas decorrentes de desinformação.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Dayse Edwiges Carvalho Castilho – SESG/SES, esclarece que o curso é presencial com 20 encontros na escola de saúde ou instituição parceira em virtude da reforma na escola; tem o termo para liberação do servidor, a expectativa que haverá interesse dos discentes, é o primeiro curso gratuito a oferecer essa temática, é um ganho muito grande para o aluno. Disse que essa temática a pouco tempo era muito dispendiosa, era muito caro, o valor empreendido. Acredita que é um ganho muito grande se ter no Estado, é uma expectativa nova, de que haverá o interesse do discente, e que se tenta amarrar isso no termo de liberação. Com relação aos critérios, os critérios para ele se inscrever, quando se forma a mão de obra do SUS, é que ele seja de setor público, vinculado ao SUS, então, nas esferas estadual e municipal, então, isso já amarra um pouco, que ele vai precisar desse critério para ele poder se inscrever, para ele poder ser aluno. E esses critérios de maior tempo de atuação no núcleo, ou SCIH, de atuar em algum cargo de chefia, de atuar na assistência, é porque sabe-se que essa assistência segura, ela precisa melhorar, principalmente na ponta, e essas pessoas que atuam em núcleo, ou em SCIH, ou que tem cargo de chefia, elas precisam se capacitar para elas poderem dar a relevância que tem que ser dada a temática e conseguir implementar os protocolos nos serviços de saúde. Então, isso são pré-critérios de classificação, então haverá pontos, e essas pessoas que pontuarem mais, elas vão, caso o número de inscritos seja maior do que está colocando, que essas pessoas vão ter essa classificação. Então, nesse sentido, para garantir, tentar priorizar isso. Com relação a essa divisão, não há um cálculo 100% exato e sim uma proporção. Então, se tem que, essas 42 vagas, seguindo mais ou menos a linha de raciocínio que se tinha feito em 2019, mas com uma atualizada. Disse que a região central, seguiu por exemplo, a magnitude mesmo das regiões. Então, ofertando 10 vagas para a região central, centro-norte, nordeste, e essas pessoas aqui, elas vão seguir, vão fazer a matrícula.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, disse que essa questão da macrorregião é preciso consertar, em vez de ser central, é centro-oeste. Disse que também atua na docência, reconhece a valorosa oferta de um curso presencial, mas acredita que precisa tentar interiorizar para essas formações, utilizando o que se tem também de tecnologia, sabe que a escola hoje tem um setor de EAD que é muito potente. Acredita que um curso desse na modalidade híbrida, talvez ele alcançaria um pouco mais os técnicos que trabalham no interior do Estado. Porque são 20 encontros presenciais, isso tem um custo, quer seja para o município, na verdade não é um custo, é um investimento, mas é algo que vai depender, vai ter que ter recurso, para pagar hospedagem, alimentação, o deslocamento desse técnico para esse curso. Falou que alguns desses profissionais, eles têm hoje um vínculo, são cargos que não são efetivos, não necessariamente são efetivos. Então, alguns municípios têm limitação com relação à execução dessas despesas com profissionais que são contratados pelo município. E acredita que a grande maioria das áreas, especialmente essas 18 áreas, que são áreas

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

que seriam para ampla concorrência, elas serão ocupadas por pessoas aqui da região do entorno, da capital. Disse que é só para dizer que entende que é uma oferta que, de fato, ela não alcança toda a necessidade. A expectativa é de que se tenha núcleo de segurança do paciente em todos os municípios goianos, que fortaleça o núcleo de segurança do paciente no âmbito da atenção básica. Então, sabe-se que é um caminho que precisa ser criado, que precisa ser fortalecido para se possa falar em uma ação um pouco mais sistemática. Disse que uma oferta 100% presencial, de alguma forma, ela acaba sendo um pouco excludente. Ela é menos inclusiva e mais excludente considerando essas questões de acesso.

Dra. Jaqueline Gonçalves – GR/SES, afirmou que a temática precisa, sim, avançar. É necessário ampliar significativamente a questão da segurança do paciente no âmbito extra-hospitalar, especialmente em função do cenário atual no pós-pandemia e da quantidade de pessoas com sequelas que estão sendo acompanhadas na Atenção Primária ou por equipes da Atenção Primária. Ressaltou a importância de qualificar essas equipes e de conscientizar a população, os pacientes e seus familiares de que a segurança do paciente também se faz no domicílio. Portanto, é preciso avançar nesse aspecto. Pontuou estar um pouco incomodada com o critério de distribuição das vagas, reforçando o que foi mencionado pela Dra. Carla. As 18 vagas em aberto certamente serão completadas por profissionais da Macrorregião de Saúde Metropolitana. Destacou a necessidade de avançar na qualificação para regiões mais equidistantes da Macrorregião Metropolitana de Goiânia, especialmente para os extremos do Estado, visando qualificar essas equipes. Também demonstrou incômodo em relação ao critério de rateio para a Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste. Afirmou que essa é a terceira maior região em termos populacionais, embora fique atrás da Macrorregião Nordeste, muito em função do entorno. No entanto, ressaltou que a Centro-Sudeste possui importantes unidades hospitalares, especialmente quando se considera a estrutura hospitalar da região.

Dra. Dayse Edwiges Carvalho Castilho – SESG/SES, explicou que a proposta de ser presencial, além dos aspectos já mencionados, está relacionada ao fato de que, atualmente, a Escola não certifica cursos de pós-graduação em formato híbrido ou em Educação a Distância (EAD). Existem critérios específicos para essa certificação, os quais, no momento, não são atendidos. Ressaltou que a intenção é utilizar esse recurso de forma otimizada e eficaz, considerando que se trata de 42 vagas em um ponto estratégico. Destacou que nada impede, e há inclusive essa proposta, de construção de novos cursos em EAD, com mais vagas, com diversas ideias e iniciativas que visam pleitear recursos para viabilizar esses cursos. No entanto, no momento atual, o que está disponível é esse recurso que permite apenas a certificação presencial. Em relação às vagas, a distribuição foi feita com a intenção de atender às Macrorregiões de Saúde.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

No entanto, os dados oficiais referentes à distribuição dos núcleos não aparecem por macrorregiões, o que impossibilitou o acesso a essas informações nesse formato. Informou que será feito um trabalho de divulgação efetiva, com foco nas Macrorregiões de Saúde, envolvendo os coordenadores para que auxiliem na divulgação e no apoio aos servidores interessados em realizar as inscrições. Ressaltou que se trata de uma pós-graduação, portanto, espera-se um certo nível de comprometimento e preparo por parte dos alunos.

Dra. Jaqueline Gonçalves – GR/SES, apontou que a sugestão apresentada é de que se retome a proposta do curso PROCIES, e que os critérios de rateio sejam claros, considerando o número de unidades de saúde, tanto da Atenção Primária quanto da Atenção Especializada, nas Macrorregiões de Saúde. Sugeriu que se identifiquem, de forma visual em um mapa do Estado, os pouco mais de 800 núcleos de segurança do paciente, pois o curso representa uma oportunidade de qualificar profissionais onde esses núcleos ainda não estão instituídos. Ressaltou que o curso é uma estratégia que fomenta a criação de núcleos de segurança do paciente em todos os níveis de complexidade, seja na Atenção Primária ou na Atenção Secundária. Com tranquilidade e respeito, reforçou a importância de discutir o número de vagas destinadas às demais regiões, destacando uma preocupação: muitas grandes unidades estaduais são geridas por Organizações Sociais (OS), e provavelmente seus profissionais serão contemplados com as vagas por apresentarem bons currículos e bom desempenho na análise curricular. No entanto, esses profissionais, em grande parte, possuem vínculos mais frágeis com as instituições, por não serem servidores efetivos. Destacou a necessidade de se pensar em critérios que fortaleçam a qualificação de profissionais com vínculos menos precarizados, com carreira nos municípios, incluindo o município de Goiás. Sugeriu que a proposta retorne à discussão na CIES, com a apresentação de critérios de rateio bem definidos. Embora reconheça que a Macrorregião de Saúde Metropolitana possua a maior magnitude em termos populacionais, número de unidades e de profissionais, destacou que esses aspectos, por si só, não devem ser os únicos critérios para a distribuição das vagas.

Dra. Daywiges Carvalho Castilho – SESG/SES, respondeu que não foram estabelecidos critérios de classificação relacionados ao currículo, apenas aos critérios de inscrição, documentos obrigatórios e outros aspectos formais. Ressaltou que esse tema é muito relevante. Observou que, antigamente, a segurança do paciente era pensada apenas em ambiente hospitalar, mas atualmente esse conceito ultrapassou esse limite.

Dra. Sônia Faustino – SMS de Gameleira/Diretora Administrativa COSEMS, pontuou que esse assunto é muito relevante. E, muito antigamente, se pensava em



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

segurança dos pacientes em ambiente hospitalar, hoje não, foi para além disso. Disse que concorda com a fala da Dra. Jaqueline, reforçando que a maioria dos municípios são de pequeno porte e com funcionamento voltado principalmente para a Atenção Básica. Acredita que vale a pena rever a distribuição das vagas do curso e, no mínimo, garantir uma vaga por região, para que se possa referenciar alguém de maior porte dentro da região. Em relação aos multiplicadores, disse ser um sonho ainda distante, pois não consegue fazer essa multiplicação efetiva dentro do município, sendo necessário muito pulso e esforço para que isso aconteça. Destacou que, considerando a matemática da distribuição, por exemplo, na Região Centro Norte que contempla 60 municípios e é onde se localiza Gameleira foram apenas 5 vagas para multiplicadores, o que, segundo ela, na prática não chegará a muitos municípios. Ressaltou que o assunto é extremamente relevante e vai muito além da área hospitalar. Entende que há um recurso financeiro disponível e que não se deve permitir que esse recurso retorne; foi feita uma proposta e o COSEMS está tentando ajudar a encontrar o melhor caminho. Defendeu a ampliação da oferta de cursos para contemplar todos os municípios, inclusive os mais distantes e com menos acesso a ações por falta de informações. Por fim, elogiou a qualidade dos serviços da Escola de Saúde, dizendo que percebe um padrão e uma boa ferramenta de divulgação, mas questionou se esse padrão também se aplica às diversas modalidades e formatos dos cursos ofertados.

Dra. Dayse Edwiges Carvalho – CEPS/SESG/SES, disse que na Escola tem o setor que trabalha com a divulgação, depois que está publicado tem o QRCode, monta os slides e divulga no site da Escola, que está na pasta do link da SES e a divulgação é pelos Coordenadores das Regionais de Saúde de Educação Permanente e a GESP, Dra. Larissa, que faz a divulgação, diz concordar em melhorar, fortalecer a divulgação, nas Redes Sociais a SES limita muito, por questão da Política a Escola não pode ter um Instagram e a SES publique para outras Escolas.

Técnico da Região Sudoeste, perguntou se já tem o Edital para Docente?

Dra. Dayse Edwiges Carvalho – CEPS/SESG/SES, disse que já foram elaborados os critérios para os Docentes, com base em cada disciplina, pontuando as experiências em docência, ainda não tem o Edital, está previsto ao longo desse ano de 2024.

Dra. Simone Elias – SMS Serranópolis/1^a Vice Presidente do COSEMS, disse que a proposta do COSEMS é retirar de pauta e voltar para CIES, e discutir a questão das vagas, que não está muito claro, é a proposta do COSEMS. para discutir no próximo GT.

Dra. Dayse Edwiges Carvalho – CEPS/SESG/SES, disse que respondendo a Dra. Jaqueline e Dra. Carla, gostou da ideia da Dra. Jaqueline, uma vaga por Região de

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Saúde, é uma sugestão prática, quanto ao levantamento, disse que pode solicitar a SUVISA que eles enviem para a Escola.

Dra. Simone Elias – SMS Serranópolis / 1^a Vice Presidente do COSEMS, disse que é importantes contemplara a fala da Dra. Jaqueline e Dra. Carla, e visando tudo que foi falado, a proposta do COSEMS é que retorne essa pauta para a CIES.

Dra. Jaqueline Gonçalves – GR/SES, disse que o item retirado de pauta, não vai para CIB, e que todos os apontamentos e critérios sejam revistos e sejam discutidos na CIES, após retornar para o próximo GT.

Encaminhamento: Não vai para pauta da CIB

2.3 – Curso autoinstrucional de qualificação em noções de proteção radiológica e ações de educação em saúde – Irradia Saber. (Responsável pela apresentação: Weila Cristina de Moura Vitor Siqueira).

Dra. Weila Cristina de Moura – Técnica da Subcoordenação de Educação Permanente em Saúde/SESG/SES, realizou uma apresentação em PowerPoint; em 1987 ocorreu um grave acidente com Césio-137 em Goiânia, capital do Estado de Goiás; foi considerado o segundo maior acidente envolvendo material radioativo no mundo, sendo o primeiro o ocorrido em Chernobyl, na Ucrânia, no ano de 1986; no ano de 2018, foram capacitados 44 profissionais; das 264 vagas ofertadas na primeira edição do curso, restaram 220 vagas remanescentes; a Escola considerou essa realidade e houve a mudança para a modalidade autoinstrucional; os objetivos do curso são capacitar 70 cursistas sobre as noções de prevenção e proteção radiológicas em ações de saúde relacionadas e divulgar e explicitar questões relativas à proteção radiológica e os desdobramentos históricos do acidente radiológico em Goiânia, ocorrido há 36 anos. Repassou informações importantes, como: a matriz curricular e o plano de ensino serão mantidos; o curso será financiado com recurso da fonte 232, unidade orçamentária 2801, Gabinete do Secretário, dentro do Programa de Educação Permanente em Saúde, com valor de R\$ 4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais); foi alterada a modalidade para autoinstrucional, com carga horária de 60 horas; o curso está incluído na Programação Anual de Saúde de 2023; com o objetivo de contemplar mais pessoas, a proposta da modalidade autoinstrucional é deixar o curso aberto a todos, ampliando o alcance da formação.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente PLAN/SES, perguntou se o autoinstrucional e quando sobe o vídeo para plataforma a pessoa abaixa o vídeo e assiste?

Dra. Weila Cristina de Moura – Técnica da Subcoordenação de Educação Permanente em Saúde/SESG/SES, disse que é responsável também pela aplicação

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

dos exercícios e pela gestão da própria plataforma, ressaltando que todo o processo, desde o envio do currículo até a certificação, é feito por meio da plataforma.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente PLAN/SES, leu no chat que a Dra. Carla sugeriu a ampliação dos canais de divulgação para que a população em geral tenha acesso.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.4 – Transferir a gestão e os recursos financeiros relacionados à alta complexidade ambulatorial programada para Hemoterapia dos Hemocentros Regionais de Catalão, Ceres, Jataí, Rio Verde e das Unidades de Coleta e Transfusão de Formosa, Iporá, Porangatu e Quirinópolis, da esfera municipal para a estadual, a partir da competência novembro de 2023. (SPAIS)

Dr. Kellyngton de França/Gestor Estadual de Sangue/GAE/SPAIS, apresentou um slide com a estrutura dos 4 Hemocentros Regionais (Catalão, Ceres, Jataí e Rio Verde) e das 4 Unidades de Coleta e Transfusão (Formosa, Iporá, Porangatu e Quirinópolis), destacando as cotas financeiras de gestão dos municípios anualmente, que estão sob a gerência do Estado, enfatizando que essa informação é importante para evitar confusões. Ressaltou que o que está formalizado em documentos não corresponde exatamente ao que ocorre na prática, sendo essa apenas uma contribuição para esclarecer a realidade do funcionamento atual.

Dra. Jaqueline Gonçalves – GR/SES, complementou fala do Dr. Kellyngton, falou que no CNES o recurso ainda constava como gestão municipal, os recursos nos fundos municipais, mas os serviços já haviam sido executando pela Secretaria de Estado.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS de Goiânia, disse que os procedimentos de hemoterapia não são de alta complexidade, só para correção, isso para não ar contradição na resolução.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues, do COSEMS, observou em relação a fala do Dr. Sérgio é que no sistema de programação o serviço de hemoterapia são programados no modo da alta complexidade dentro do SISPPPI, por isso que constou no texto. Na tabela está como média, mas são serviços de Alta Complexidade. Na redação do texto pode tirar que é serviço de alta complexidade e colocar transferência da gestão dos serviços de hemoterapia.

Dr. Túlio Oliveira – Gerente Articulação Interfederativa/PLAN/SES, disse que o texto fica: Transferência da gestão dos serviços de hemoterapia e remanejar os recursos financeiros programados para Hemoterapia dos Hemocentros Regionais de Catalão, Ceres, Jataí, Rio Verde e das Unidades de Coleta e Transfusão de Formosa,

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Iporá, Porangatu e Quirinópolis, da esfera municipal para a estadual, a partir da competência novembro de 2023. O item foi encaminhado para a pauta da CIB com as devidas correções.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para a CIB

2.5 – Solicitação do Município de Itumbiara de recomposição de Teto MAC no valor mensal de R\$ 378.000,11 (trezentos e setenta e oito mil e onze centavos), totalizando um valor anual de R\$ 4.536.001,32 (quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, um real e trinta e dois centavos) para cobertura de atendimentos ambulatoriais e hospitalares da população própria e referenciada. (SMS Itumbiara)

Dra. Eduardo da SMS de Itumbiara, disse que o município solicitava a recomposição do Teto MAC, o município encontra-se na divisa do Estado de Goiás e Minas Gerais. Mostrou um slide com os serviços SUS oferecidos pelo município, também mostrou o demonstrativo da produção MAC. Pontou que o município estava com deficit, com isso solicitavam a recomposição do Teto MAC no valor de R\$ 378.000,11 (trezentos e setenta e oito mil e onze centavos).

Dr. André Luiz, SMS de Rio Quente, perguntou se essa pauta teria sido aprovada pela CIR e se havia passado pelas Comissões Técnicas da SES se estava tudo em conformidade.

Dra. Eduardo da SMS de Itumbiara, disse que a pauta foi aprovada pela CIR e já havia passado pela avaliação do técnico da SES.

Dr. Ricardo Nunes – Gerência de Programação das Ações e Serviços de Saúde, disse que por parte da SES estava tudo em conformidade. Ressaltou que não existe um fluxo determinado para esse tipo de pauta, por isso, não teria um parecer técnico para esse tipo de pauta. Entretanto já receberam a solicitação de pauta por e-mail.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que independentemente de haver o fluxo a questão de ter uma parecer da SES. É importante para deixar responsabilidade, e independente do fluxo a SES receber a pauta faça o parecer.

Dr. André Luiz – SMS de Rio Quente, disse que concordava com as palavras da Dra. Jaqueline é importante a SES estabelecer um parecer para esse tipo de pauta.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas, disse que como encaminhamento para essa pauta, pelo COSEMS, estava tudo certo. Entretanto, como definição, a Dra. Maria Aparecida ficará responsável por elaborar o fluxo, mas antes disso, a cada pauta solici-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

tada, o técnico deverá se pronunciar em relação à pauta. Informou que esse fluxo será apresentado no próximo GT.

Dr. Túlio Oliveira – Gerente Articulação Interfederativa/SPLAN/SES, questionou se isso vale para qualquer assunto solicitado, ou somente neste caso concreto.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas, respondeu que sim, pois isso oferece segurança na discussão, segurança na elaboração da Resolução.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS, questionou se neste valor apresentado, pelo município, se foi excluído o valor de incentivo, porque se fizer essa Resolução com os incentivos junto o Ministério vai barrar.

Dra. Eduardo da SMS de Itumbiara, disse que é sem o incentivo.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS, falou que se for assim tudo bem e estava em conformidade.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas, disse que quando se qualifica as pautas melhora a busca de incentivo pelo Ministério da Saúde. Além disso, como inclusão pactuarem que as pautas sejam distribuídas com no mínimo 03 dias de antecedência para qualificar os espaços de gestão. O COSEMS traz para pactuação que todos recebam as pautas com 03 dias de antecedência, seria a sugestão para que fique como inclusão de pauta esse assunto.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/Inhumas Presidente do COSEMS, informou que o FORM/SUS ainda não estava pronto. Ele será apresentado quando estiver pronto.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, explicou que todas as solicitações de pauta seria através do FORM/SUS. Será marcada uma reunião junto a Secretaria Executiva da CIB para finalização.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretaria Executiva COSEMS, informou que o que teria sido proposto no GT do mês de Maio seria a organização de alguns processos de trabalho.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, se mostrou preocupado por não haver nenhuma instrução normativa oficial para solicitação de recomposição de Teto Mac.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, explicou que será feito através de Resolução CIB essas orientações para que os municípios possam fazer as solicitações.

Dr. Túlio Oliveira – GAI/SES, fez a leitura do Ofício Circular nº 12/2024 da SAIS/MS sobre a ampliação do recurso MAC. Sugeriu deixar como encaminhamento que a pauta 2.5 seja encaminhada para a pauta da CIB e o assunto do Fluxo que foi tratado junto ao item 2.5 ficasse para o próximo GT.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/ Inhumas Presidente do COSEMS, disse que os 246 municípios anseiam na organização e qualificação desse processo.

Dr. André Luis – SMS/Rio Quente, reforçou da necessidade de se aprovar esse fluxo dentro do GT.

Dr. Túlio Oliveira – GAI/SES, sugeriu levar ao próximo GT uma proposta mais madura e completa do assunto.

3 – INFORMES

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/ Inhumas Presidente do COSEMS, agradeceu a todos que participaram do Ciclo de debates dos instrumentos de Planejamento. Foi finalizada a reunião.